



em tintas, a belíssima cena da Primeira Missa no Brasil? Não foi sem emoção que pude ver de perto essa obra prima, que recentemente ficou exposta aqui em Florianópolis. Seria possível não nos lembrarmos, aqui, de uma pequena imigrante italiana, Amabile Visintainer, que fez desta terra a sua terra e, com o nome de Santa Paulina, nos ensina que amar é ter pelo outro um olhar de compaixão? Ou uma Albertina Berkenbrock, que nos testemunhou a capacidade que os jovens têm de viver e morrer por grandes ideais? Na impossibilidade de apresentar cada um dos bispos que me antecederam, e aqueles sacerdotes extraordinários que aqui deixaram um rastro de santidade, volto-me para Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Ele nos mostrou, ao longo de mais de cinco décadas, que a fidelidade é uma das mais belas expressões de nosso amor à Igreja.

“De graça recebestes, de graça dai.” Celebrar um centenário é comprometer-se, uma vez que a história continua. Não nos sentimos comprometidos por alguma obrigação externa, mas nos sentimos motivados a dar o melhor de nós mesmos a partir de sonhos que nos impulsionam. E, diante dos mil desafios que temos pela frente, da justiça que falta construir, da esperança que é preciso renovar, do amor que espera ser derramado por toda a parte, é preciso sonhar alto. Nossos sonhos partem de uma certeza: Jesus Cristo tem resposta para todas as expectativas humanas. Pede-nos, porém, que confiemos nele, pois só ele tem o segredo da vitória. Com ele, seremos capazes de colaborar decididamente na construção da civilização do amor e da verdade.

Obrigado, pois, aos que nos antecederam nesta Diocese centenária. Obrigado aos que pertencem a esta família Diocesana. Obrigado aos que nos apoiam ou àqueles que, mesmo não compartilhando da mesma fé, são alimentados por ideais que nos irmanam. Obrigado às autoridades que governam este Estado, este Município e os Municípios que formam hoje a Arquidiocese de Florianópolis. Obrigado, Senhor Presidente desta Casa: ao abrir-nos as portas do Poder Legislativo para esta Sessão, ao homenagear, em nome do Povo Catarinense, nossa Diocese centenária, Vossa Excelência nos faz ver quanto é grande nossa responsabilidade perante Deus, perante o povo catarinense e perante a História.



## **Evolução histórica da Arquidiocese de Florianópolis no centenário de sua criação**

(Síntese de textos publicados pelo Pe. José Artulino Besen)

Texto lido na Assembléia Legislativa, em 28/05/2008, na Sessão Especial Comemorativa do Centenário da Diocese de Florianópolis.

*Pe. Vitor Galdino Feller\**

\* O autor é Doutor em Teologia Sistemática e atual Diretor do ITESC.



Quem hoje se debruça sobre o mapa do Estado de Santa Catarina e nele procura encontrar os limites da Arquidiocese de Florianópolis, terá uma surpresa: dos 95.346,181 km<sup>2</sup> de sua área, a Arquidiocese ocupa apenas 7.862,1 km<sup>2</sup>. Dos 293 municípios, apenas 30 ficam sob sua jurisdição eclesiástica, com uma população de aproximadamente 1.367.326 habitantes (IBGE 2004), com uma densidade de 173,91 hab/km<sup>2</sup>.

Mas, não foi sempre assim. A história caminha e opera mudanças, se adapta sempre às novas circunstâncias.

Esta exposição tem como objetivo dar uma idéia evolutiva de como caminhou nossa história religiosa até chegar-se ao atual território da Arquidiocese.

Historicamente, nosso território eclesiástico já pertenceu a Portugal, à Ilha da Madeira, à Bahia, ao Rio de Janeiro, a São Paulo, a Curitiba. Vejamos como isso se processou, em linhas muito gerais, ao longo de 500 anos de história brasileira. (Proposta: Vejamos, em linhas muito gerais, como isso se processou ao longo de 500 anos de história brasileira.)

## 1 Os incícios

Oficialmente o Brasil passou a pertencer a Portugal em 21 de abril de 1500, quando o Rei D. Manuel se apossou destas terras, cujos donos eram os indígenas que aqui habitavam milhares de anos antes. Infelizmente, eles não sabiam escrever e, por isso, não nos deixaram recordações de seu extermínio, de sua escravidão. A história é assim mesmo: ela sempre dá razão para o mais forte, para aquele que pode explicar o que está fazendo.

A 1º de maio de 1500, Frei Henrique de Coimbra celebrou no Brasil a Primeira Missa e plantou o Cruzeiro. Chegava a estas terras o Sinal da Salvação, o sinal do crucificado-ressuscitado; lançava-se, aqui, pela primeira vez, a mensagem de um Deus que é Pai de todos, sem distinção de raça, cor, sexo, status. Iniciava-se a missão cristã em terras brasileiras.

As missões e a organização da Igreja ficavam a cargo do rei de Portugal. E isso até a independência, em 1822, quando a autoridade religiosa foi transferida para o Imperador do Brasil, até a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

Alguém pode perguntar: Mas, no que mandava o Rei? Em tudo: ele escolhia os Bispos (que depois o Papa aprovava automaticamente), criava dioceses, nomeava vigários, construía igrejas, seminários, nomeava os professores dos seminaristas, pagava os padres, controlava os missionários, e tudo o mais. Quem recolhia o Dízimo (imposto religioso) era o Rei,



e dele fazia o que bem entendia, dando parte muito pequena para a Igreja. Exercia como que a função de “Papa” entre nós. Nenhum documento do Papa entrava ou era publicado e obedecido no Brasil sem aprovação do rei. Ou do Imperador, de 1822 até 1889. Quer dizer que, efetivamente, o Papa tem autoridade real aqui há pouco mais de 100 anos...

Como isto foi possível? Havia em Portugal uma Ordem religiosa chamada “Ordem de Cristo” (constituída com os espólios da Ordem dos Templários). Fora aprovada pelo Papa João XXII em 1319. Com o tempo, o Rei de Portugal tornou-se seu Grão-Mestre, dispondo de seus membros e de seus bens. Em 1454, o Rei Dom Afonso entregou a essa Ordem a jurisdição espiritual nas terras que Portugal conquistara ou conquistasse. No ano seguinte, o Papa Calisto III confirmou essa disposição.

Este tipo de jurisdição chama-se “Padroado”. Em poucas palavras: a Ordem de Cristo era responsável pela vida religiosa das terras pertencentes a Portugal. Sendo o Rei seu Grão-Mestre, será ele o “Papa”, se assim pode se dizer, da Igreja nas terras de seus domínios.

Quando o Brasil foi conquistado, ficou sob o governo da Vigararia de Tomar, Sede da Ordem de Cristo, até 1514. Depois, o Brasil foi sujeito à Diocese de Funchal, na Ilha da Madeira, até 1536, retornando ao Governo da Vigararia de Tomar, até 1551.

O Rei de Portugal, muito esperto, conseguiu suprimir essa Vigararia, em 1551, incorporando a Ordem de Cristo à Coroa Portuguesa e, oficialmente, a 30 de dezembro de 1551, o Papa Júlio III entregava à Ordem de Cristo – o que significa, ao Rei de Portugal – todas as terras portuguesas. Um pouco antes, o Rei Dom João III tinha solicitado ao Papa a criação de uma Diocese em terras brasileiras.

## 2 A Diocese de São Salvador da Bahia

O pedido do Rei foi aceito pelo Papa Júlio III em fevereiro de 1551: criava-se a primeira Diocese brasileira, com um território que compreendia todo o país. O primeiro Bispo foi Dom Pero Fernandes Sardinha, que aqui chegou em junho do ano seguinte. Mas não se deu bem: não entendeu a situação, entrou em conflito com os missionários jesuítas, não gostava dos índios e acabou voltando a Portugal a fim de apresentar queixas ao Rei. Na viagem de volta, o navio naufragou, e D. Pero e outros passageiros conseguiram alcançar a praia, onde foram trucidados pelos indígenas caetés em julho de 1556.

O novo Bispo, Dom Pedro Leitão, chegou três anos e meio mais tarde. Aliás, este era um grande problema. Muitos espaços entre a saída e a chegada de um Bispo. No mínimo, dois anos. Casos houve em que se levou 11 anos para a escolha de um novo. Um dos motivos era a dificuldade de comunicação. Depois, o processo de escolha. O Rei fazia a sua



escolha. Comunicava ao Papa. Que comunicava ao Rei. Que comunicava ao candidato eleito. Que podia aceitar ou não. Que devia ter tempo para se preparar. Que devia viajar. E assim os anos se passavam...

Mas, como estava Santa Catarina nessa época? Apenas começando! Era o grande Sertão dos Patos, povoado pelos índios carijós (ou guaranis). Os primeiros missionários chegam aqui por acaso: dois franciscanos, o padre Frei Bernardo de Armenta e o irmão religioso Frei Alonzo Lebrón, vítimas de um naufrágio. Missionaram por aqui em 1537, retornando nos anos seguintes. Instituíram florescentes missões nos atuais territórios de São Francisco do Sul, Ilha de Santa Catarina e Laguna.

Os jesuítas, entre eles o Pe. Leonardo Nunes, chegaram em 1549. São, porém, missões esporádicas. Não podem produzir muitos frutos, porque os portugueses querem índios para escravizá-los. Gostam do missionário enquanto ele “amansa o índio”, tornando-o um bom escravo para as fazendas.

### 3 A Diocese do Rio de Janeiro

O território era grande demais para um Bispo só. Por isso, a pedido do Infante Dom Henrique, o Papa Gregório XIII criou a Prelazia de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1575. A prelazia do Rio de Janeiro, uma como que Diocese em preparação, administrava todo o Sul do Brasil. Foi elevada a Diocese em 1676.

O povoamento de Santa Catarina era muito lento. A primeira Paróquia foi a de São Francisco do Sul, em 1665. A segunda foi a de Santo Antônio dos Anjos de Laguna, em 1697. No século seguinte, em 1714, a Ilha de Santa Catarina tinha apenas 147 brancos, e nela foi criada a Paróquia de Nossa Senhora do Desterro. A situação demográfica se alterou com a chegada de “casais açorianos” entre 1748-1753, período em que aqui chegaram 6 mil pessoas. Vinham das Ilhas dos Açores. Sempre em casais. Famílias bem constituídas e profundamente religiosas. Os açorianos, cujas fundações deram origem a diversas paróquias na Ilha e no Continente, mantiveram viva a tradição da fé, com suas devoções da Semana Santa, do Divino, do Terno de Reis, as mesmas já cultivadas pelos bandeirantes paulistas fundadores do Desterro, Laguna, São Francisco e Lages.

Com os açorianos vieram alguns padres, num gesto solidário de acompanhar seus paroquianos. Outros vinham de Portugal e outros eram daqui mesmo. Às vezes, acontece que algumas Paróquias não têm vigários, nem sempre por falta de padre. Ou era a situação de penúria que afastava possíveis candidatos, ou era o processo de escolha.

Quando uma Paróquia vagava, abria-se concurso. Os habilitados prestavam exames e recebiam o cargo de “Vigário Encomendado” por



um ano, podendo ser renovado. Após um novo exame, o candidato poderia ser promovido a “Vigário Colado”, isto é, vitalício. Outros ficavam Vigários Coadjuutores. Outros, sem cargo nenhum. O Rei pagava muito mal os padres: tinham de construir sua casa, manter-se com uns miseráveis e atrasados soldos. Como diversos não tinham muita formação ou base espiritual, empregavam-se no governo, compravam fazendas, recolhiam-se à vida particular, reaparecendo de vez em quando. Contudo, apesar desse pouco caso do Rei pela Igreja, pela demora em construir e reformar os templos, a fé se mantinha, muito mais em tradições do que num verdadeiro espírito eclesial. Muito mais pela fé dos leigos que pelo serviço das autoridades eclesiásticas. Mas, como poderiam fazer diferente, se não havia quem pregasse a Palavra?

O Bispo do Rio de Janeiro estava muito distante para ver as coisas “in loco”. Mandava um “Missionário Apostólico”. A primeira visita pastoral à Província de Santa Catarina foi em 1815, a segunda em 1845 e a terceira, em 1895!

Para solucionar de certa forma o problema, foi criado o Arciprestado de Santa Catarina, em 1824. O Arcipreste tinha poderes extraordinários de governo: podia nomear vigários, dar dispensas, resolver problemas que requereriam muito tempo, caso fosse esperar por uma resposta do Rio de Janeiro.

É bom não esquecer que o Estado, durante três anos (1746-1749), pertenceu à Diocese de São Paulo (criada em 1709), depois retornando à administração do Rio de Janeiro. A região do Planalto por mais tempo dependeu de São Paulo, pois Lages foi fundação bandeirante e era caminho entre Sorocaba e os campos de Viamão.

### 4 A Diocese de Curitiba

Com a Proclamação da República, em 1889, e o fim do Padroado, decretado com a separação entre Igreja e Estado, na primeira constituição republicana, de 1890, os Bispos brasileiros viram que era urgente a criação de novas Dioceses. Já em 1890, pediram ao Papa Leão XIII a criação da Diocese de Curitiba.

Assim, em 1892, Leão XIII criava a Diocese de Curitiba, com o território do Paraná, desmembrado do Bispado de São Paulo, e o de Santa Catarina, desmembrado do Bispado do Rio de Janeiro, agora elevado a Arcebispo.

O primeiro Bispo foi Dom José de Camargo Barros, que tomou posse em 1894. Um grande Bispo. Já em 1895 visitava as Paróquias do nosso Estado. Foi a primeira vez que um Bispo pisou em terras catarinenses. Viu a situação de penúria e desorganização em que se encontravam



nossas paróquias. Com pulso firme e caridoso procurou reorganizar a vida religiosa. Sua grande preocupação foi a criação de Escolas Paroquiais, que se multiplicaram rapidamente em todo o Estado. Eram Escolas Católicas, financiadas pelos próprios fiéis, que construíam o edifício e pagavam o professor. Garantia-se, assim, a educação religiosa das crianças, pois a República tinha suprimido o ensino religioso das escolas oficiais.

Dom José também enfrentou o desafio de organizar a vida religiosa dos imigrantes alemães, italianos, ucranianos e poloneses, que se esqueciam bastante de que estavam no Brasil. Seu sucessor, Dom Duarte Leopoldo e Silva, teve o mesmo trabalho. Obrigou os padres estrangeiros a aprenderem o português.

Havia um grande problema: a Diocese era imensa. Era urgente a criação da Diocese de Florianópolis. A idéia, aliás, não era nova: tanto em 1801 como em 1819 falava-se no assunto. Mas, tudo ficara em projetos. Agora, era tempo de agir. Grande amigo e conselheiro do bispo de Curitiba nesse trabalho inicial foi o Pe. Francisco Topp, de Münster, Alemanha, o verdadeiro organizador da Igreja catarinense.

## 5 O Bispado de Florianópolis

O primeiro passo oficial fora dado por Dom José de Camargo Barros. Em 1900, escrevia ao Pe. Francisco Topp, Vigário de Florianópolis (atual Catedral), para que desse os primeiros passos, começando a organizar o patrimônio, exigência muito salientada pela Santa Sé. Nomeou para a Comissão Organizadora homens de alto prestígio social e político, como era costume naquele tempo. O povo não tinha tanto poder de impressionar.

Pe. Topp assumiu o trabalho. Visitou todas as Paróquias do Estado, quase de casa em casa, pedindo esmolas. Precisava de um patrimônio de 100 contos de réis, uma fábula. A pobreza dos catarinenses dificilmente poderia preencher este pré-requisito do Vaticano. Em 1905, tinha reunido 50 contos! Faltava a outra metade. O novo Bispo de Curitiba, Dom Duarte Leopoldo e Silva, deu uma sugestão, já adotada em outros Estados: pedir ao Congresso do Estado um auxílio. Este veio, completando os 100 contos, já com outra Comissão.

Pe. Francisco Topp, exultante com o progresso na caminhada, encaminhou ao Santo Padre Pio X um requerimento, assinado pelas principais autoridades do Estado, em 1906, por intermédio do Nuncio Apostólico, Mons. Tonti. Acompanhava-o uma carta de Dom Duarte. O Secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Merry del Val, encaminhou as correspondências à Congregação dos Negócios Extraordinários, a fim de dar seu parecer a respeito.

Em agosto do mesmo ano, Pe. Topp viajou a Roma, para tratar pessoalmente do caso. Foi recomendado por cartas do Senhor Nuncio e do Barão do Rio Branco. Em contatos com os cardeais romanos, conseguiu um parecer unânime para a criação da Diocese de Florianópolis.

E, finalmente, em 19 de março de 1908, a Bula “*Quum Sanctissimus Dominus Noster*”, de Pio X, erigia o Estado de Santa Catarina em Diocese, com o nome de “Florianópolis”, sendo a Matriz de Nossa Senhora do Desterro elevada a Catedral.

O Bispo de Curitiba, que era então Dom João Francisco Braga, foi nomeado Administrador Apostólico até a nomeação do 1º. Bispo Diocesano, o que ocorreu a 13 de agosto do mesmo ano, recaindo a escolha na pessoa de Dom João Becker, que aqui permaneceu até 1912.

Sucedeu-o Dom Joaquim Domingues de Oliveira, eleito a 2 de abril de 1914, tomando posse a 7 de setembro. Dom Joaquim permaneceu à frente da Diocese por mais de cinquenta anos, de 1914 até 1967, ano de sua morte. Em 1927, com a criação das dioceses sufragâneas de Lages e Joinville, Florianópolis tornou-se Arquidiocese. Dom Joaquim foi sucedido por Dom Afonso Niehues, que governou a Diocese por mais de vinte e cinco anos, de 1965 até 1991, quando se tornou emérito. Dom Eusébio Scheid governou-a por dez anos, de 1991 a 2001. Desde abril de 2002, Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger está à frente da Diocese, como seu 5º. Bispo e 4º. Arcebispo.

## 6 Retrato da Nova Diocese

Quando criada, há cem anos, a Diocese de Florianópolis abrangia o território correspondente ao Estado de Santa Catarina. Mas isso não era muito pacífico, pois havia a região do “Contestado”, reclamada pelo Estado do Paraná. Após muitas lutas, o acordo final foi assinado em 1916, chegando Santa Catarina à sua superfície atual. Esta área “Contestada” foi administrada pela Paróquia de Palmas – PR, depois prelaia, até 1958, quando foi criada a Diocese de Chapecó. Antes disso, alguns territórios passaram a pertencer à Diocese de Lages.

Em 1908, a Diocese de Florianópolis incluía 42 Paróquias, 7 Curatos e 2 Capelas Curadas, distribuídas por 10 Comarcas Eclesiásticas. Hoje a Arquidiocese de Florianópolis se constitui de 64 Paróquias, 7 Santuários, 2 Reitorias, 1 Capelania, 4 Capelarias Militares, e 506 Comunidades.

O Recenseamento de 1900 dera ao Estado a cifra de 321.294 habitantes. Alcançaria, em 1908, uns 350.000 habitantes. Hoje a população da Arquidiocese está perto de alcançar 1.500.000 habitantes.



Em 1908, o Clero da Diocese era constituído por 87 sacerdotes: 22 seculares, 36 franciscanos, 11 da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus e 18 Jesuítas. Hoje a Arquidiocese de Florianópolis conta com um total de 176 presbíteros (sendo 96 diocesanos, 73 religiosos, 07 de vida apostólica) e 93 diáconos permanentes.

A Arquidiocese conta hoje com a presença de 417 religiosas, diversas pastorais, associações, movimentos e comunidades que reúnem o povo santo de Deus, com um número incalculável de ministros leigos, catequistas, missionários, agentes de pastoral, coordenadores e lideranças que animam a fé, a esperança e a caridade da Igreja.

Estamos neste ano centenário fazendo memória do passado, recebendo-o como dom de Deus; tomando consciência do presente, com a oferta de nossa resposta de fé; cultivando a esperança no futuro, através de práticas pastorais renovadoras.

Não há que se negar a importância da Igreja Católica em Santa Catarina, nesses cem anos de sua criação como Igreja diocesana. É impossível estudar a arte, o folclore e a cultura de nosso povo sem referências à Igreja Católica. Há marcos arquitetônicos e simbólicos – igrejas, santuários, museus, etc. – que embelezam nossa paisagem e atraem muitos turistas. Há expressões religiosas populares – festas de santos padroeiros, procissões, peregrinações, etc. – que reúnem multidões. Há colégios e escolas, hospitais e asilos, que servem à educação e à saúde do povo. Há instituições que atuam na promoção social do povo catarinense. Aqui foram criadas congregações religiosas. Aqui viveram santos e santas. Lembramos Santa Paulina e a Bem-aventurada Albertina.

Celeiro de vocações, a Igreja catarinense fundou seminários e casas religiosas, e deu ao Brasil e ao mundo muitos missionários e missionárias, religiosos e religiosas, padres, bispos e cardeais. O crescimento da Igreja nesses cem anos exigiu a criação de outras dioceses: Lages, Joinville, Tubarão, Chapecó, Caçador, Rio do Sul, Joaçaba, Criciúma e Blumenau.

Hoje temos em Santa Catarina uma Igreja da Palavra de Deus, dos Sacramentos da graça e da fé, uma Igreja samaritana que expressa a caridade de Deus para com os pobres e excluídos. Temos na Arquidiocese e em toda Santa Catarina uma Igreja de discípulos missionários que anunciam e testemunham o Reino de Deus-Pai, que quer felicidade e vida em abundância para todos.

Recebemos de Cristo o mandato “De graça recebestes, de graça dai”. É esta nossa missão pelos próximos cem anos!

Obrigado!

*Endereço do Autor:*

Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 1524  
Pantanal  
88040-001 Florianópolis, SC



**Resumo:** Este texto tem por objetivo apresentar um panorama geral do Estado de Santa Catarina do ponto de vista sócio-econômico, cultural e político, suas implicações para o povo catarinense e as interpelações decorrentes desta realidade. Iniciando por um breve contexto histórico, é apresentado o perfil catarinense com alguns destaques próprios do modelo econômico implementado no Estado, aspectos da educação e da informação, de questões ambientais e de infra-estrutura, bem como da organização política e social. Por fim são apresentados elementos da presença da Igreja Católica nestes meios, desafios e esperanças.

**Abstract:** This paper presents a general overview of the State of Santa Catarina from a social, economic, cultural, and political perspective, including some implications for its inhabitants and challenges related to this concrete situation. Beginning with a brief historical panorama, there follows a survey of determining factors of the economic context, implemented in the State, such as the objectives of education and media of communication, models of environment and underlying issues pertaining to its infrastructure, as well as the political and social organization. Finally, the article provides those elements of the Catholic Church, which are pertinent to its presence in each particular area, pointing out the challenges and expectations.

## Santa Catarina: um estado de contrastes

Realidade social, econômica,  
cultural, política.

Roberto Iunskovski\*

\* O autor é tem Mestrado em História, pela UFSC e leciona Realidade Pastoral Catarinense e Pastoral Social no ITESC.